

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ
PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 2019.11.20.02

UNIDADE ADMINISTRATIVA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETO: Locação de um imóvel, com subsídio de Aluguel Social, destinado a uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do CRAS e do Departamento de Habitação.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.08.122.0100.2.047

ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.36.00

DATA DE EMISSÃO: 20 de novembro de 2019.

ORDENADOR DE DESPESA: Auricelia Bezerra Braga da Silva

Novembro/2019



Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida

1. OBJETO DA AVALIAÇÃO:

Refere-se à avaliação de um imóvel para fins de locação, situado na cidade de Icapuí-CE, terreno próprio, construído em alvenaria, com cobertura em telha cerâmica, situado na Rua Antônio Alcântara, 720, Bairro Centro, CEP:62.810-000 com uma área total construída de 135,00 m² (Centro e Trinta e Cinco Metros Quadrados), sendo 5,00 m (Cinco Metros) de largura e 27,00 m (Vince e Sete Metros) de comprimento.

2. LOCALIZAÇÃO:

O imóvel está localizado na Rua Teotônio Alcântara, 720, Centro, CEP: 62.810-000, Icapuí-CE.

3. PROPRIETÁRIO:

Sr. Antônio Targino da Silva, portador do CPF 799.555.763-91, RG Nº 471933-62. Residente e domiciliado na Rua Antônio Ciríaco, Nº 1088, Bairro Centro, CEP: 62.810-000, Icapuí -CE.

4. INTERESSADO:

Secretaria Municipal de Assistência Social. O imóvel será locado como subsídio do Aluguel Social para uma família acompanhada pela equipe técnica do CRAS e do Departamento de Habitação.

5. AVALIADORES:

- Lorena Thaís Freitas de Oliveira;
- Úrsula Cristina Batista Maia Silva;
- Geovani Alves da Costa.

6. OBJETIVO DO TRABALHO:

Estimativa de mercado para fins de locação.

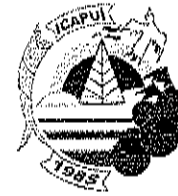
7. NÍVEL DE RIGOR:

Normal, de acordo com a NBR-14.653-2.

8. SISTEMÁTICA DE TRABALHO:

Durante o trabalho, adotaram-se os seguintes procedimentos:

- Em vistoria a região nota-se uma tendência de uso misto (residencial e comercial), rua com água, iluminação pública, linha telefônica (fixa e móvel) e com pavimentação em paralelepípedo. O imóvel encontra-se em bom estado



Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida

de conservação de uso com revestimento em todas as paredes internas. As instalações elétricas e hidráulicas também se encontram em bom estado.

- b) O imóvel possui 1 (uma) sala, 2 (dois) quartos, 1 (um) banheiro, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) área de serviço e quintal amplo.
- c) Na pesquisa de mercado foram encontrados diversos preços.
Para prédios: método comparativo de dados de mercado, utilizando-se de pesquisa de preços de imóveis localizados em áreas próximas ao imóvel em questão ou quando da obtenção de dados suficientes, utilizando de metodologia científica (estatística inferencial).

9. REGIÃO:

Trata-se de zona urbana do município de Icapuí-CE, com infraestrutura de energia elétrica e telefone, rua sem pavimento e com abastecimento de água.

10. CONCLUSÃO:

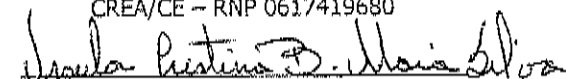
Valor observado na presente avaliação para imóvel avaliando no Bairro do Centro, Rua Pedro Antônio Alcântara, 720, Centro, Icapuí-CE, consoante as normas brasileiras de avaliação vigentes, em 14 de Fevereiro de 2019, considerando o valor de locação, em números redondos é de R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais). Não tendo mais a acrescentar, encerramos nosso trabalho de avaliação para apreciação de Vossa Senhoria, prontificando-nos a prestar quaisquer esclarecimentos ou dúvidas adicional que possam surgir. O Laudo Técnico apresentado está confeccionado em uma só face com 02 (duas) folhas, rubricadas e esta última, datada e assinada pelos avaliadores.


Icapuí-CE, 30 de Outubro de 2019

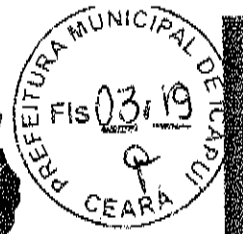

LORENA THAÍS FREITAS DE OLIVEIRA

Engenheira Civil

CREA/CE - RNP 0617419680


URSULA CRISTINA BATISTA MAIA SILVA
Coordenadora de Obras e Serviços Públicos


GEOVANI ALVES DA COSTA
Fiscal de Tributos



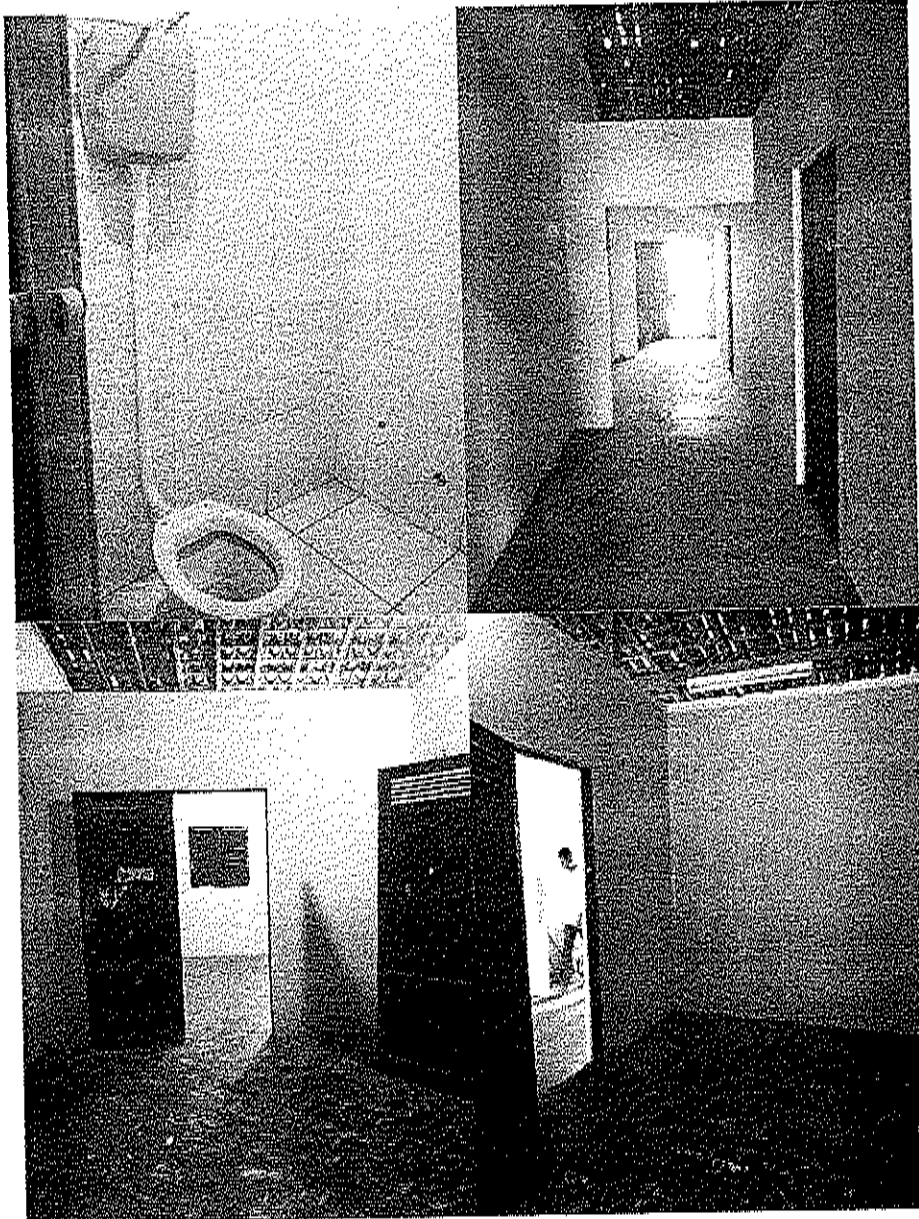
Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida

ANEXO





Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida



[Handwritten signatures]



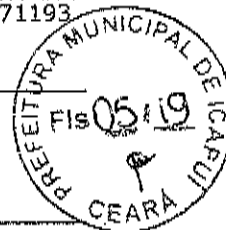
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20190565008

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

COMPLEMENTAR à
CE20180371193



1. Responsável Técnico
LORENA THAÍS FREITAS DE OLIVEIRA
Título profissional: ENGENHEIRA CIVIL RNP: 0617419680
Registro: 334548CE

2. Dados do Contrato
Contratante: MUNICÍPIO DE ICAPUÍ CPF/CNPJ: 10.393.593/0001-57
PRAÇA ADAUTO RÓSEO Nº: 1229
Complemento: Bairro: CENTRO UF: CE CEP: 62810000
Cidade: ICAPUÍ

Contrato: Não especificado Celebrado em:
Valor: R\$ 400,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO
Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço
RUA TEOTÔNIO ALCÂNTARA Nº: 720
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: ICAPUÍ UF: CE CEP: 62810000
Data de Início: 01/11/2019 Previsão de término: 01/06/2020 Coordenadas Geográficas: 0, 0
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO Código: Não especificado
Proprietário: ANTÔNIO TARGINO DA SILVA CPF/CNPJ: 789.555.763-91

4. Atividade Técnica

21 - ELABORAÇÃO	Quantidade	Unidade
22 - LAUDO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL -> #1488 - AVALIAÇÃO PÓS-Ocupação	135,00	m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações
Laudo de locação de imóvel com área construída de 135,00m² de interesse da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Icapuí-CE. Será locado como subsídio do Aluguel Social para uma família acompanhada pela equipe técnica do CREA5

6. Declarações
- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe
NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas
Declaro serem verdadeiras as informações acima
Local: Icapuí data: 12 de Novembro de 2019
LORENA THAÍS FREITAS DE OLIVEIRA - CPF: 082.929.104-09
MUNICÍPIO DE ICAPUÍ - CNPJ: 10.393.593/0001-57

9. Informações
* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
* Somente é considerada válida a ART quando estiver cadastrada no CREA, quitada, possuir as assinaturas originais do profissional e contratante.

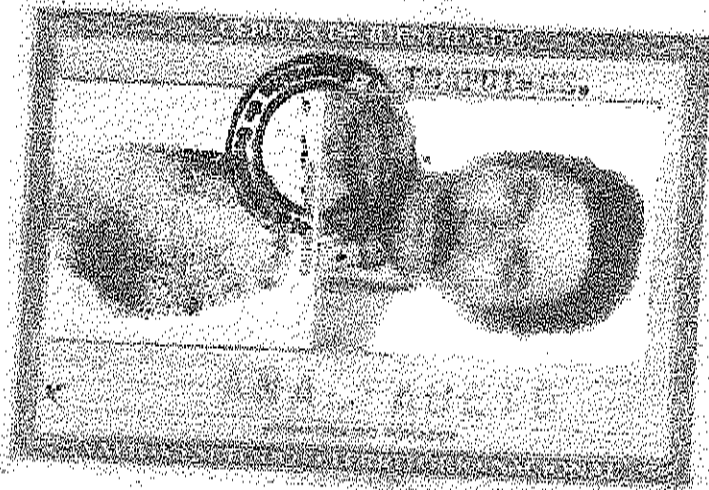
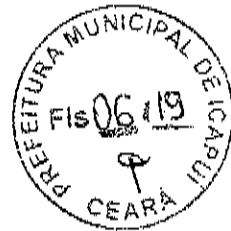
10. Valor
Valor da ART: R\$ 85,96 Registrada em: 12/11/2019 Valor pago: R\$ 85,96 Nosso Número: 8213620673

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitaq.com.br/publicof>, com a chave: bzzwA
Impresso em: 13/11/2019 às 14:55:38 por: ip: 189.127.38.228

www.creace.org.br
Tel: (85) 3463-5800

faleconosco@crea-ce.org.br
Fax: (85) 3463-5804





SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
 DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

472.933-82

ANTONIO TARCINO DA SILVA
 José Francisco Braga
 Rosimunda Caldeira da Silva

Aparelho nº. 03/09/1.942

01/09/1.952

Dados Bancários

Ag: 3879-2

C: 6146-L


B.B

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria de Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
ANTONIO TARCINO DA SILVA

Nº de Inscrição Data de Nascimento
799555763-91 **03/09/42**

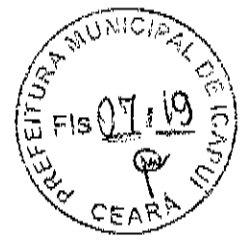


Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, validade a validade por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

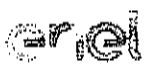
Assinatura

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emido em : 11/01/97



Atividade Social de Energia Elétrica
 Lei nº 10.408
 de 26 de abril de 2002



884996-0

Faça o pedido pelo e-mail: cliente@erel.ce.gov.br
 ou pelo telefone: 0800 0000 0000

Companhia Reguladora de Energia Elétrica do Ceará
 Rua Pedro Velho, 180
 CEP 63135-040 | Fortaleza CE
 CNPJ 07247251/0001-70 | CGF 02.105.945-5

01 24020 01 318037 - 5
02/08/2018

ANTONIO TARGINO DA SILVA
RU TEOTONIO ALCANTARA 00720
CENTRO - ICAPUI - 62810000

Medidor: 7394518 **Fonte: 0000 0000**
Classe: 01-RESIDENCIAL 01-NORMAL MONOFASICO
RG/CPF/CNPJ: 799555763-91 **CGF**

Nome do Responsável: **ANTONIO TARGINO DA SILVA**

Idade de Referência	Data de Apresentação	Próximo Letreiro	Valor do Consumo
02/08/2018	02/08/2018	03/09/2018	16,74

Descrição	Valor
ENCARGOS DE DISTRIBUIÇÃO	5,67
PRECATÓRIOS	3,30
ENCARGOS DE DISTRIBUIÇÃO (CONTINUA)	3,29
TOTAL	16,74

Consumo (kWh)	Valor
02-08-18	23804
03-07-18	20
VALOR CONSUMO DO MES	16,74
SALDO PARA PAGAMENTO FUTURO	-34,33
COB. SALDO FATURA ANTERIOR	17,59
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 1,53)	

VALOR CONSUMO DO MES 16,74
SALDO PARA PAGAMENTO FUTURO -34,33
COB. SALDO FATURA ANTERIOR 17,59
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 1,53)

09/08/2018 **0,00**

Descrição	Valor
Encargos de Distribuição	5,67
Encargos Salariais	1,76
Tributos (PIS, COFINS)	0,46
TOTAL	16,74

Companhias autorizadas pelo Conselho de Energia Elétrica:
 Serviço Iaj (CO) Compensação Iaj (CO) Compensação Energética (RECO)

11,71 **0,00**

CONTAS EM ATRASO

DEBITOS ANTERIORES

Período	Valor
01/2018	64,16
02/2018	52,99

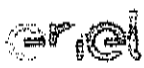
AVISO DE DÉBITO EM ATRASO:
 Informamos a partir desta fatura que as cobranças legais são devidas até esta data, no valor de R\$ 117,13. Sem fornecimento de energia poderá ser suspenso ou até 90 dias contados a partir da fatura enviada o caso de atraso.

FATURADO TAMBÉM NUNCA,
 Consta desta fatura R\$ 0,48 referente a PIS e COFINS. Alíquotas: PIS:2,5% e COFINS:12,35%
 Valor: 5 Reais - 100 milésimos - 0,0500 - 100 milésimos - 0,1000 - 10,0000 Reais - 10,0000 Reais

Estamos em Bandeira Vermelha porque há consumo de 5,60 reais a cada 100kWh (utilização horária). Informações: www.anel.br



A Rede Social de Energia Elétrica
 foi criada pela Lei nº 01.439
 de 25 de abril de 2002



884996-0

Foto obrigatória para identificação, liberada por e-mail
 sempre que houver um contrato assinado.

Companhia Energética de Ceará
 Rua Pedro Valdeir, 160
 CEP 60125-040 | Fortaleza CE
 CNPJ 07.247.225/0001-70 | CDP 03.051.846-3

Conta de Energia Elétrica - Consumo em [02/04/2018] **535578186**
 Data: **01 24020 01 318037 - 5** Data de Emissão: **02/04/2018**

Nome: **ANTONIO TARGINO DA SILVA**
 End. Postal: **RU TEOTONHO ALCANTARA 00720**
CENTRO - ICAPUI - 62810000

Metro: **7394318** Poste: **0000 0000**
 Classe: **01-RESIDENCIAL 01-NORMAL MONOFASICO**
 RG/CPF/CNPJ: **799555763-91** GGF

Nome do Responsável

Nome	Data de Referência	Data de Apresentação	Provisão Próximo Leitura	Consumo	Valor
ANTONIO TARGINO DA SILVA	02/04/2018	03/09/2018		10,41 kWh	R\$ 16,74

Base de Cálculo (kWh)	Alíquota	Valor de Imposto	ERC	PGC	DASAC	Outros	Total
10,41			5,67	3,30	3,29		12,26

VALOR CONSUMO DO MES: **16,74**
 SALDO PARA PAGAMENTO FUTURO: **-34,33**
 COB. SALDO FATURA ANTERIOR: **17,59**
 ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 1,53)

09/08/2018 0,00

Descrição	Valor
Energia	8,98
Transmissão	0,95
Distribuição	5,97
Encargos Especiais	1,36
Tributos (ICMS PIS-COFINS)	0,46
TOTAL	16,74

CONTAS EM ATRASO

AVISO DE DÉBITO VENCIDO:
 Informamos a partir de hoje, encobrir seu extrato com base em esta data, no valor de R\$ 117,19. Seu fornecimento de energia poderá ser suspenso em até 90 dias contados a partir da fatura vencida a ser paga.

FATURADO DIA NUNCA
 Nesta data fatura R\$ 0,46 referente a PIS e COFINS. Valores: PIS: 0,37 e COFINS: 0,09.
 (Art. 9, Res. 160-2005 - ANEL - 12.12.01 - 10.037-02 - 10.033-12)

Estamos em Bandeira Vermelha porque 2 em agosto-19 com custo de 0,20 reais e cada 1000Wh
 (kWh) custa R\$ 0,20. Informações: ou@ereel.ce.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MARIA APARECIDA PINHEIRO DA SILVA
CPF: 585.000.903-59

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:02:18 do dia 14/11/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/05/2020.

Código de controle da certidão: **28A8.0ADF.5FBF.BCE6**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 201908581659

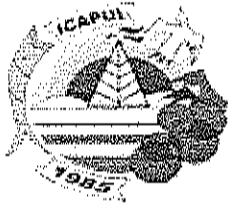
Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 799555763-91
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 14/11/19 ÀS 15:49:32
VÁLIDA ATÉ 13/01/2020

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS



Nº 0000000282

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

109939 - ANTONIO TARGINO DA SILVA

Endereço

R ANTONIO CIRIACO, S/N

CENTRO ICAPUI-CE CEP: 62810000

No. Requerimento

0000000282/2019

Documento

C.P.F.: 799.555.763-91

Natureza jurídica

Pessoa Física

CERTIDÃO

Resalvo o direito da Receita Municipal inscrever e cobrar as dividas apuradas, certifica-se para fins de direito, que analisados os registros da Divida Ativa do Município, verificou-se a NÃO EXISTÊNCIA DE INSCRIÇÕES com débitos, e para constar, foi emitida esta Certidão Negativa.

Validade: 60 Dias

Prefeitura Municipal de Icapuí.

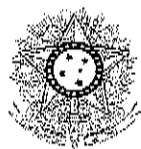
ICAPUI-CE, 26 DE SETEMBRO DE 2019

Esta certidão é válida por 060 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 24/11/2019

COD. VALIDAÇÃO 0000000282





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ANTONIO TARGINO DA SILVA

CPF: 799.555.763-91

Certidão nº: 189333157/2019

Expedição: 14/11/2019, às 13:50:33

Validade: 11/05/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ANTONIO TARGINO DA SILVA**, inscrito(a) no CPF sob o nº **799.555.763-91**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

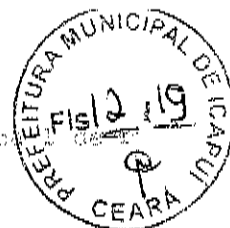
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Página 02



REQUISIÇÃO

Da: Secretaria de Assistência Social.

À: Comissão Permanente de Licitações

Objeto: Locação de um imóvel, com subsídio de Aluguel Social, destinado a uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do CRAS e do Departamento de Habitação.

Pelo presente, comunico que a Secretaria de Assistência Social tem a necessidade de locar um **Imóvel, como subsídio de aluguel social, para uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência (CRAS).** Tendo em vista que nossa Secretaria não dispõe de espaço físico e condições financeira para a construção de imóvel, vimos através deste solicitar a abertura de processo licitatório para a locação de um imóvel. Tal solicitação justifica-se no melhor atendimento à população do Município de Icapuí - CE

Um imóvel de propriedade do Sr. Antônio Targino da Silva, com área de 135,00m², sito na Rua Teotônio Alcântara, 720, Centro, Icapuí/CE.

De acordo com o artigo 24, **inciso X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94), assim sendo solicitamos que seja procedido o processo de Dispensa de Licitação, conforme preceitua o artigo supracitado.**

JUSTIFICATIVA - Considerando vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e o imóvel encontra-se em bom estado de conservação de uso, leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para que a família seja acompanhada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência (CRAS.)

Informamos o valor do imóvel e locador:

Um imóvel de propriedade do Sr. Antônio Targino da Silva, portador do CPF nº: 799.555.763-91 e do RG nº: 471933-62-SSP/CE, com área de 135,00m², sito na Rua Teotônio Alcântara, 720, Centro, Icapuí/CE, valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Icapuí-CE, 18 de novembro de 2019.



Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social

Da: Secretaria de Assistência Social
Para: Departamento de Contabilidade
Assunto: Solicitação de verificação de dotação orçamentária

Solicito verificação de dotação orçamentária suficiente no orçamento vigente, para atender ao **PEDIDO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, COMO SUBSÍDIO DE ALUGUEL SOCIAL, PARA UMA FAMÍLIA A SER ACOMPANHADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA (CRAS)**, visando atender à necessidade da população do Município de Icapuí-CE.

Icapuí-CE, 18 de novembro de 2019.



Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social

Do: Departamento de Contabilidade

Para: Ilma. Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, Secretária de Assistência Social.

Assunto: Apresento dotação orçamentária para LOCAÇÃO DE IMÓVEL, COM SUBSÍDIO DE ALUGUEL SOCIAL, PARA UMA FAMÍLIA A SER ACOMPANHADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA (CRAS), para atender à necessidade da população do Município de Icapuí - CE.


07 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.122.0100.2.047- GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Icapuí-CE, 18 de novembro de 2019.




Janice da Silva Pereira
Coordenadora de Contabilidade

A Secretária de Assistência Social, Auricélia Bezerra Braga da Silva, do Município de Icapuí, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais.

REQUISITA, desta Assessoria Jurídica parecer acerca da Locação de Imóvel, como subsídio de aluguel social, para uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência (CRAS).

De acordo com o Laudo de Avaliação o valor para a locação do imóvel será de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, por um período de 06 (seis) meses, perfazendo um total de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Icapuí-CE, 19 de novembro de 2019.



Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social

PARECER

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Por força do disposto no art. 38, VI da lei n.º 8.666/93, foi remetido a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer consoante à locação de imóvel, o presente requerimento, instruído com os seguintes documentos:

1. Laudo de Avaliação quanto ao preço a ser pago;
2. Requisição da Contratação, com a justificativa de escolha do imóvel;
3. Justificativa de Dispensa de Licitação, contendo: Caracterização da Situação e Objeto do Contrato; Razão de Escolha; Preço e sua Justificativa; Justificativa da Contratação; Fundamento Legal; e, Dotação Orçamentária.

É a síntese do necessário. Passa-se a opinar.

Em princípio, verifica-se que os textos e documentos em análise guardam conformidade com as principais exigências legais preconizadas pela Lei Nº. 8.666/93.

Noutro giro, verifica-se que o presente procedimento encontra esteio no 24, X da 8.666/1993, o qual dispõe que é dispensável a licitação “para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia”. Ainda, deve-se observar o estabelecido no art. 26 da lei 8.666/1993.

Diante do exposto, do ponto de vista estritamente jurídico, opinamos que se proceda a RATIFICAÇÃO pela Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, Secretária de Assistência Social, e dada a devida PUBLICAÇÃO posterior do extrato devido, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

É o parecer.

S. M. J.

Icapuí-CE, 19 de novembro de 2019.



Fábio Henrique da Silva Bezerra
OAB-CE 32.254
Assessoria Jurídica

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretária de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Icapuí - CE, no uso de suas atribuições legais, e na conformidade do Art. 38 da Lei n.º 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 de 08/06/94 e atualizada pela Lei n.º 9.648/98 de 27/05/98.

AUTORIZA:

A abertura do Processo Administrativo para DISPENSA DE LICITAÇÃO, conforme Art. 24, Letra X da Lei 8.666/93 de 21.06.1993, para o OBJETO a seguir especificado conforme os dados adiante com o objetivo de instruir processo.

01. OBJETO: Locação de um imóvel como subsidio de Aluguel Social destinado a uma família para ser acompanhada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência (CRAS) do Município de Icapuí - Ceará.

02. UNIDADE: Secretaria de Assistência Social.

03. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.08.122.0100.2.047.3.3.90.36.00

04. FONTE DE RECURSOS: Própria

JUSTIFICATIVA: O procedimento faz-se necessário ainda, em virtude de o município não dispor de imóvel próprio para tal finalidade e ainda em virtude das características, localização, dimensões e destinação do imóvel, impossibilitando desta forma que o interesse público seja satisfeito através de outros imóveis que não os escolhidos.

Icapuí-CE, 19 de novembro de 2019.



Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA Nº: 2019.11.20.02

OBJETO: Locação de um imóvel, com subsídio de Aluguel Social, destinado a uma família, a ser acompanhada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência (CRAS).

AUTUAÇÃO

Aos 20 dias do mês de novembro de 2019, na sala da Comissão Permanente de Licitações, cumprindo o disposto na legislação pertinente. Autuo o despacho decisório de instauração de Processo Administrativo de Dispensa de Licitação e demais documentos que seguem, consideradas peças pré-existentes e essenciais ao procedimento administrativo, que se inicia. E, para constar, lavrei este termo. Eu, Edinardo de Oliveira Pereira, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



Edinardo de Oliveira Pereira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM SUBSIDIO DE ALUGUEL SOCIAL, DESTINADO A UMA FAMÍLIA, A SER ACOMPANHADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA (CRAS).

Processo N.º 2019.11.20.02

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Icapuí, por determinação da Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, vem abrir o presente processo de DISPENSA de Licitação, fundamentado no Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 9.648/98, para a locação de um imóvel, com subsídio de aluguel social, pertencente ao Sr. Antônio Targino da Silva, localizado na Rua Teotônio Alcântara, 720, Centro, Icapuí/CE, onde irá alocar uma família para ser acompanhada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência (CRAS).

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação e objeto do contrato: O Município de Icapuí necessita locar o seguinte imóvel:

Um imóvel de propriedade do Sr. Antônio Targino da Silva, com área de 135,00m², sito na Rua Teotônio Alcântara, 720, Centro, Icapuí/CE.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel de propriedade do Sr. Antônio Targino da Silva em razão de vários fatores favoráveis tais como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e o imóvel encontra-se em bom estado de conservação de uso, leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para que a família seja acompanhada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência (CRAS), conforme justificativas da Responsável Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, Secretária de Assistência Social, conforme Requisição de 18/11/2019, em anexo ao processo e apresentar valores compatíveis com os praticados no mercado, conforme laudo em anexo ao processo.

Do preço e sua justificativa: O valor a ser pago pelo objeto da presente dispensa é da ordem total de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), conforme Requisição da Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, sendo o valor mensal, estabelecido pelo Laudo de Avaliação de Imóveis, conforme abaixo discriminado:

- Um imóvel de propriedade do Sr. Antônio Targino da Silva, portador do CPF nº 799.555.763-91 e RG nº 471933-62-SSP/CE, com área de 135,00m², sito na Rua Teotônio Alcântara, 720, Centro, Icapuí/CE, valor mensal R\$ 400,00 (quatrocentos reais), valor total para o período de 06 (seis) meses é de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

Sendo que após consulta, constatou-se que referido valor está dentro dos parâmetros praticados pelo mercado, conforme laudo de avaliação emitido pela comissão de avaliadores da Prefeitura Municipal de Icapuí, anexos ao processo. Comissão de avaliadores: Lorena Thais Freitas de Oliveira – Engenheira Civil; Úrsula Cristina Batista Maia Silva – Coordenadora de Obras e Serviços Públicos e Geovani Alves da Costa – Coordenador de Tributos.

Justificativa - Considerando vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e o imóvel encontra-se em bom estado de conservação de uso, possuindo dimensão necessária exata para a família, sem necessidades de novos investimentos. Por outro lado, o preço é compatível com o preço de mercado conforme se faz prova a avaliação que faz parte integrante deste Processo, leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para que a família seja acompanhada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência (CRAS), conforme justificativas da Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva.

Do fundamento Legal: Ao caso em comento, aplica-se a hipótese preconizada no art. 24, Inciso X, c/c art. 26 da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

É dispensável a licitação:

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e

localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

Quanto à necessidade do enquadramento legal, vinculando-se o fundamento legal do Art. 24, inciso X, do "Códex Licitatório", vejamos o que disciplina o Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes em seu festejado livro Contratação Direta Sem Licitação:

Para que a situação possa implicar na dispensa de licitação deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação disponível previstas expressamente na Lei, *numerus clausus*, no jargão jurídico, querendo significar que são apenas aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação". (JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta sem licitação. Brasília: Brasília Jurídica, 1995.p.156).

Marçal Justem Filho leciona que

A ausência de licitação deriva da impossibilidade de o interesse público ser satisfeito através de outro imóvel, que não aquele selecionado. As características do imóvel (tais como localização, dimensão, edificação, destinação etc.) são relevantes, de modo que a administração não tem outra escolha. Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível a competição entre particulares". (JUSTEN FILHO, Marçal. (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 8ed. São Paulo: Dialética, 2000.p.252).

Dotação orçamentária: Para acorrer às despesas decorrentes da referida locação, serão utilizados recursos próprios previstos na dotação orçamentária abaixo especificada:

07 – Secretaria de Assistência Social

01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.122.0100.2.047– Gerenciamento Administrativo da Secretaria Assistência Social

3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Icapuí-CE, 20 de novembro de 2019.



Edinaldo de Oliveira Pereira
Presidente



Claudimar José da Silva
Membro



Edinaldo Azevedo da Silva
Membro

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Icapuí, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta do presente Processo Administrativo de Dispensa nº 2019.11.20.02, vem emitir a presente declaração de DISPENSA de licitação, com fulcro no inciso X do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, alterada e consolidada, bem como a Lei Federal nº. 8.245/91 (Lei do Inquilinato), para a locação direta do imóvel localizado na Rua Teotônio Alcântara, 720, Centro, Icapuí/CE, de propriedade do Sr. Antônio Targino da Silva com valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), valor total para o período de 06 (seis) meses é de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), nos termos das cláusulas e condições do Contrato de Locação de Imóvel, com subsídios de aluguel social, a ser pactuado pelas partes.

Desta forma, nos termos do art. 24, X, c/c art. 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, vem comunicar à Ilma. Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, da presente declaração, para que se proceda à análise dos procedimentos adotados e a devida ratificação e publicidade da Dispensa de Licitação.

Icapuí-CE, 20 de novembro de 2019.



Edinaldo de Oliveira Pereira
Presidente



Claudimar José da Silva
Membro

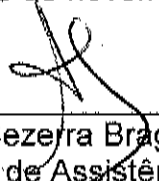


Edinaldo Alves da Silva
Membro

TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Secretária de Assistência Social do Município de Icapuí, a Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, VEM no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações, e considerando o que consta do presente processo administrativo de dispensa de licitação, RATIFICAR a declaração de DISPENSA de licitação para a locação do imóvel, com subsídios de aluguel social, de propriedade do Sr. Antônio Targino da Silva, destinado a uma família para que seja acompanhada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência (CRAS), determinando que se proceda a publicação legal do extrato de DISPENSA devido.

Icapuí-CE, 20 de novembro de 2019.

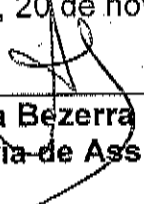


Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, Secretária de Assistência Social, faz publicar o extrato do processo de dispensa de licitação a seguir: **PROCESSO Nº. 2019.11.20.02. OBJETO:** Locação de um imóvel, com subsídio de Aluguel Social, destinado a uma família a ser acompanhada pela equipe técnica do CRAS e do Departamento de Habitação. **FAVORECIDO:** O Sr. Antônio Targino da Silva. **VALOR:** R\$ 400,00 (quatrocentos reais), valor total para o período de 06 (seis) meses é de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). **FUNDAMENTO LEGAL:** inciso X do Art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e suas demais alterações. **DECLARAÇÃO DE DISPENSA** emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação. Ratificado pela Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva.

Icapuí-CE, 20 de novembro de 2019.



Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
PROCESSO DE DISPENSA Nº 2019.11.20.02

CONTRATO Nº: 440/2019

CONTRATO DE LOCAÇÃO que fazem de um lado o Sr. **Antônio Targino da Silva**, brasileiro, inscrito no RG de nº 471933-62-SSP/CE e CPF de nº 799.555.763-91, com endereço na Rua Antônio Ciriaco, 1088, Icapuí/CE, e do outro lado o Município de Icapuí, instituição de direito público interno, com endereço na Praça Adauto Róseo, 1229 - Centro - Icapuí Ceará, inscrito no CNPJ sob o Nº. 10.393.593/0001-57, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o Nº 14.792.296/0001-35, neste ato representado pela Secretária, a Sra. **Auricélia Bezerra Braga da Silva**.

O primeiro nomeado aqui designado "**LOCADOR**", sendo proprietária do imóvel objeto do presente contrato, loca-se ao segundo, aqui designada "**LOCATÁRIO**", mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações, pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral Dos Contratos e disposições do Direito Privado, em especial a Lei Federal n.º 8.245/91.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel, como subsidio de aluguel social, localizado em Rua Teotônio Alcântara, 720, Centro, Icapuí/CE, onde irá alocar uma família para ser acompanhada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência - CRAS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 - O aluguel terá um valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), perfazendo o valor global R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), para o período de 06 (seis) meses.

3.2 - O presente instrumento não sofrerá reajuste dentro do prazo estipulado para sua vigência

3.3 - Somente será devido ao reajuste após 06 (seis) meses do início do presente contrato, sendo adotado para fins de correção o IGPM, ou outro que legalmente venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 - O presente contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, e terá validade de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado através de repasse mensal ao contratado, até o quinto dia útil do mês subsequente, mediante apresentação dos recibos à tesouraria.



CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas deste contrato correrão por conta da Assistência Social, na dotação orçamentária sob o N°. 07.01.08.122.0100.2.047.3.3.90.36.00.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 - Obrigam-se ao LOCADOR e o LOCATÁRIO a cumprirem fielmente o determinado no Contrato, obrigando-se ainda:

7.1.1 - O LOCATÁRIO:

- a) Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- b) Obriga-se o locatário, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se por todas as outras, devendo trazer o imóvel locado em boas condições de higiene e limpeza, com os aparelhos sanitários e de iluminação, pintura, telhados, vidraças, mármore, torneiras, pias, banheiros, ralos e demais acessórios em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assim, restituí-los quando findo ou rescindido este contrato, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias ainda que necessárias, as quais ficarão desde logo incorporados ao imóvel;
- c) Não sublocar ou emprestar o imóvel, no todo ou em parte, sem o consentimento prévio do locador;
- d) Permitir, desde que não exercido o direito de preferência, que o locador aliene o imóvel locado a terceiros, com a consequente cessão de direitos decorrentes deste instrumento;
- e) Permitir ao LOCADOR que examine e vistorie o imóvel locado, sempre que este entender necessário, em horário comercial e mediante prévio aviso, a fim de certificar-se de sua correta utilização.

7.1.2 – O LOCADOR:

- a) Entregar o imóvel locado em estado de servir ao uso a que se destina;
- b) Garantir durante toda a vigência do contrato o uso pacífico do imóvel locado;
- c) Dar recibo discriminando as importâncias pagas pelo locatário;
- d) Assegurar o LOCATÁRIO, na forma da lei, o exercício do direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas a terceiro, no caso de alienação do imóvel;
- e) Obrigar-se, no caso de venda do imóvel locado a terceiros, a denunciar ao comprador a existência deste instrumento, obrigando-o ao seu cumprimento em todas as condições e cláusulas;

7.2 - O presente contrato obrigará as partes por si, seus herdeiros ou sucessores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS

8.1 - O LOCATÁRIO poderá fazer no imóvel locado, as suas expensas, as modificações necessárias ao exercício das atividades que pretende realizar, desde que estas não afetem sua estrutura, as quais farão parte integrante do imóvel, excetuadas apenas as benfeitorias que sejam removíveis, que poderão ser retiradas por ocasião da entrega do imóvel locado.



PARÁGRAFO ÚNICO - O LOCATÁRIO não terá, no que atina às benfeitorias que passem a integrar o imóvel, direito a qualquer indenização ou retenção, salvo em relação às benfeitorias necessárias, que serão indenizáveis.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

9.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura Municipal de Icapuí poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao LOCADOR as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato é o da Comarca de Icapuí - CEARÁ.

Assim ajustados e contratados, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que, após lido e achado conforme, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produzidos seus jurídicos e legais efeitos.

Icapuí-CE, 22 de novembro de 2019.



Antônio Targino da Silva
LOCADOR



Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social
LOCATÁRIO

Testemunhas:

1ª Josmeide Honório Braga

CPF: 006.978.863-44

2ª Agenia Braga Azevedo

CPF: 867.047.103-53

**EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 440/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2019.11.20.02**

LOCATÁRIA: O Município de Icapuí, através da Secretaria de Assistência Social, representada por sua Secretária, a Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva.

LOCADOR: Antônio Targino da Silva.

BASE LEGAL: A legislação aplicável a este Contrato será o art. 24, inciso X da Lei 8.666/93, e suas alterações, tudo de conformidade com o Processo Dispensa de Licitação nº. 2019.11.20.02, que passa fazer parte integrante deste.

OBJETO: Locação de um imóvel, como subsidio de aluguel social, localizado em Rua Teotônio Alcântara, 720, Centro, Icapuí/CE, onde irá alocar uma família para ser acompanhada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência (CRAS.)

VALOR DO CONTRATO: R\$ 400,00 (quatrocentos reais), valor total para o período de 06 (seis) meses é de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

PRAZO: O presente contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, e terá validade de 06 (seis) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.08.122.0100.2.047.3.3.90.36.00.

DATA: Icapuí-CE, 22 de novembro de 2019.

CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO

Certificamos que o extrato de contrato da Dispensa de Licitação n.º 2019.11.20.02 para a Locação de um imóvel, com subsídio de aluguel social, destinado a uma família para ser acompanhada pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência (CRAS), foi afixado no dia 22 de novembro de 2019, no flanelógrafo desta Prefeitura Municipal, conforme estabelece a legislação em vigor.

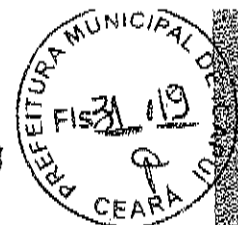
Icapuí-CE, 22 de novembro de 2019.



Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social

Secretaria de
Administração
e Finanças

Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida



PORTARIA Nº 161/2018

Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Icapuí e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, no Estado do Ceará, Sr. Raimundo Lacerda Filho, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal de nº 094/92, de 27 de janeiro de 1992, combinado com os termos do artigo 77, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Icapuí,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o (a) Sr.(a) **AURICÉLIA BEZERRA BRAGA DA SILVA**, portadora do RG nº 20170534698 e do CPF nº 316.817.603-63, para ocupar o cargo de Secretária de Assistência Social, da Estrutura Organizacional da Secretaria de Assistência Social do município de Icapuí.

Art. 2º - A posse da Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Icapuí – CE se dará automaticamente no dia 01 de agosto de 2018, ficando a mesma, a partir desta data, com as prerrogativas, os direitos e os deveres do cargo.

PARÁGRAFO ÚNICO: No ato de posse, a declaração de bens será prestada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Icapuí – CE e será arquivada em sua pasta funcional.

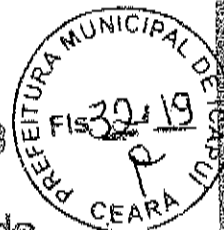
Art. 3º - Qualquer ação, sem a prévia autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, será Nulo de Pleno Direito e as despesas correrão por conta de quem autorizou.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

2

Secretaria de
Administração
e Finanças


Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida



REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

Sede do Governo Municipal de Icapuí (CE), ao 01 (primeiro) dia do mês de agosto de 2018.


Raimundo Lacerda Filho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Icapuí, na data supra, e publicada no lugar público de costume por afixação da mesma data.

Secretaria de
Administração
e Finanças

Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida



PORTARIA Nº. 006/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, no Estado do Ceará, Sr. Raimundo Lacerda Filho, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o artigo 77º, Inciso I, da Lei Orgânica do Município de Icapuí,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Comissão Permanente de Licitação do Município de Icapuí, composta pelos seguintes membros:

Presidente: o Sr. EDINARDO DE OLIVEIRA PEREIRA, portador de CPF nº. 464.143.803-00;

1º Membro: o Sr. CLAUDIMAR JOSÉ DA SILVA, portador do CPF nº. 808.979.753-91;

2º Membro: o Sr. ELINALDO ALVES DA SILVA, portador do CPF nº. 787.470.663-34.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta portaria correrão à conta das dotações próprias, consignadas no vigente orçamento do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

Sede do Governo Municipal de Icapuí (CE), aos 03 (três) dias do mês de Janeiro de 2019.

Raimundo Lacerda Filho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Icapuí, na data supra, e publicada no lugar público de costume por afixação da mesma data.



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ

CAPÍTULO II

Dos Atos Municipais Da Publicação

Art. 107 – A publicação das leis e atos do Executivo e Legislativo, salvo onde houver imprensa oficial, poderá ser feita em órgão de imprensa local ou regional e por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara.

§ 1º - A publicação dos atos não-normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 2º - Os atos de efeitos externos só produzirão efeitos após a sua publicação.

§ 3º - A escolha do órgão de imprensa para divulgação das leis e atos municipais deverá ser feita por licitação, em que levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.